

COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD

Termo de Referência 149/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
149/2025	200334-COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD	OBERALDO BARBOSA DE MEDEIROS	30/09/2025 21:07 (v 0.6)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		08200.013629/2025-31

1. DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇO, para eventual aquisição de 2 (duas) aeronaves **CESSNA GRAND CARAVAN EX**, novas de fábrica, capacidade de ocupantes para 2 (dois) pilotos e 9 (nove) passageiros, conforme **especificações técnicas constantes no ANEXO I-A 94043843 e ANEXO I-B 76621092 deste Termo de Referência**, com a finalidade de transporte de pessoas ou materiais para diversas localidades do território nacional, também seguindo as condições, características gerais, especificidades, quantidades, exigências e estimativas a seguir discriminadas:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA DOLAR/REAL	VALOR TOTAL ESTIMADO (US\$/R\$)
01	2 (duas) aeronaves CESSNA GRAND CARAVAN EX, nova de fábrica, capacidade de ocupantes para 2 (dois) pilotos e 9 (nove) passageiros	614118	unidade	03	5.927.671,16	17.783.013,48
	Especificações técnicas no ANEXO I-A e I-B do Estudo Técnico Preliminar				31.552.400,82	94.657.202,46

cotação do dólar da data de 29/09/2025, <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes> , 1 USD = R\$ 5,3229, podendo haver variações em relação a outros documentos devido a variação cambial.

Após a fase de lances, caso a proposta melhor classificada seja de licitante estrangeira, haverá o procedimento de equalização tributária de sua proposta para comparação com a proposta nacional melhor classificada, se houver. Neste caso, haverá a multiplicação da proposta estrangeira pelo **fator de correção de 1,3599**, conforme estabelecido em item específico do edital, utilizando como referência a NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) 8802.30.29 numa importação dos Estados Unidos - US, no site do Siscomex.

Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: Policia Federal - UASG 200334			
		UNIDADE	

<i>item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>CATMAT</i>	<i>DE MEDIDA</i>	<i>Quantidade total</i>
01	aeronaves CESSNA GRAND CARAVAN EX, nova de fábrica, capacidade de ocupantes para 2 (dois) pilotos e 9 (nove) passageiros Especificações técnicas no ANEXO I-A e I-B do Estudo Técnico Preliminar	614118	unidade	02

Órgão Participante: Polícia Civil do Distrito Federal - UASG 926015				
<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>CATMAT</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>Quantidade total</i>
01	aeronaves CESSNA GRAND CARAVAN EX, nova de fábrica, capacidade de ocupantes para 2 (dois) pilotos e 9 (nove) passageiros Especificações técnicas no ANEXO I-A e I-B do Estudo Técnico Preliminar	614118	unidade	01

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

O prazo de vigência da Ata será de 01 (um) ano prorrogável por igual período conforme artigo 15, IX, do Decreto 11.462/2023.

O prazo de vigência da contratação é de 36 meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

As licitantes estrangeiras ou representantes no Brasil, deverão prever no preço de sua proposta o valor do seguro de transporte internacional, frete internacional, desembaraço aduaneiro e demais custos, impostos e tarifas aplicáveis, considerando os Termos Internacionais de Comércio - INCOTERMS 2010 - DPU - *Delivered At Place Unloaded* - bem como prever o custo com armazenagem, capatazia, transporte/frete até o local de entrega na cidade de Brasília-DF, Brasil.

Justificativas:

Trata-se da própria definição do objeto, cuja aquisição é pretendida. Após estudos técnicos preliminares, prospecção de mercado, e de posse da memória de operações da Unidade, modelou-se o objeto, para que se consiga a contratação do objeto da forma mais adequada às necessidades do Órgão, conforme o posicionamento das empresas do mercado. Em complemento, devido a complexidade da aquisição e diante do elevado grau de complexidade técnica na execução das modificações que deverão ser realizadas com fim de atender as demandas desse comando de aviação, não será considerado cota conforme os termos do art. 8º do Decreto n. 8.538, de 2015 devido a existência de prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: ABR/2025

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 6837;

Data de publicação no PNCP: 17/02/2024 (atualizado em 11/09/2025);

d do item no PCA: 542;

Classe/Grupo: 1510 AERONAVES DE ASAS FIXAS;

Identificador da Futura Contratação: 200334-328/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSID

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência - 93344242

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos/Especificações técnicas básicas da aeronave encontram-se descritos no item X do Estudo Técnico Preliminar.

Requisitos/Especificações de treinamento encontram-se descritos no Estudo Técnico Preliminar, item X.Y, conforme justificativa do item X do referido Estudo Técnico Preliminar.

Requisitos/Especificações referentes a caracterização externa encontram-se descritos no item X.Y.Z do Estudo Técnico Preliminar.

Sustentabilidade

A Empresa deverá observar o disposto no art. 6º da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG, referente à sustentabilidade ambiental.

O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela Polícia Federal ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

Disposições inerentes a critérios de sustentabilidade ambiental de obrigatória observância pela contratada.

O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela Polícia Federal ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

Indicação de marcas ou modelos

Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: aeronave Grand Caravan EX, fabricante Textron Aviation, motor PT6A-140

~~Da vedação de contratação de marca ou produto~~

~~Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº xxxxx.xxxxx/xxxx-xx, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

~~[...]~~

~~[...]~~

~~Da exigência de amostra~~

~~Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados:~~

~~Serão exigidas amostras dos seguintes itens:~~

~~[...];~~

[...], e

[...].

As amostras poderão ser entregues no endereço **[indicar o endereço]**, no prazo limite de **[indicar o prazo]**, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

~~É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.~~

No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

~~Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:~~

~~Itens (....):,~~

~~Itens (....):,~~

~~Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

~~Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.~~

~~Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.~~

~~Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **XX (xxxxx)** dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.~~

~~Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.~~

~~Da exigência de carta de solidariedade~~

~~Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

Subcontratação

É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste na fabricação, instalações de acessórios, pintura e demais itens referente à parte física da aeronave.

A subcontratação fica limitada aos requisitos de documentação, desembaraço aduaneiro, traslado, entrega do bem ... todos os trâmites/documentos necessários para o recebimento da aeronave pronta e legalizada para voo conforme a legislação brasileira, sendo o ônus exclusivo da contratada, com os custos já inclusos no preço ofertado na sessão pública do Pregão Eletrônico.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

A subcontratação, para eventual execução de serviços técnicos no objeto, depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Justificativas: esta unidade técnica informa que para fins agilidade e eficiência no andamento desta aquisição, acredita ser desnecessária solicitação de autorização para subcontratação de serviços burocráticos/administrativos, restringindo este item à solicitação de autorização de subcontratação para eventuais serviços técnicos a serem realizados no objeto em aquisição.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

Trata-se da aquisição de aeronaves mediante pregão internacional. Destarte, a exigência de garantia de execução traria complexidade quanto à participação de fornecedores estrangeiros, tendo em vista a possibilidade de apresentação da proposta em moeda estrangeira, fato que poderá restringir a competitividade do certame.

Ademais, tal exigência também poderá aumentar os custos para o fornecedor e, por consequência, para a Administração, não mostrando-se uma medida vantajosa.

OU

~~Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a XX% (xxxxx por cento) do valor [total] OU [anual] da contratação.~~

~~Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.~~

~~A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.~~

~~Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.~~

~~A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.~~

~~Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.~~

~~Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.~~

~~Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.~~

~~Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.~~

~~No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.~~

~~Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.~~

~~O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).~~

~~A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:~~

~~prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e~~

~~multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.~~

~~No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.~~

~~Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.~~

~~Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A4].~~

~~O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.~~

~~O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.~~

~~Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.~~

~~Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpria todas as cláusulas do contrato.~~

~~A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.~~

~~A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.~~

~~A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.~~

~~O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.~~

~~O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.~~

~~A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.~~

Justificativa: No caso de pagamento do valor 100% no recebimento provisório e/ou definitivo da aeronave não há risco de dano ao erário público. Some-se o fato de que a exigência de garantia nos moldes da legislação brasileira não atrairia o fornecedor estrangeiro, gerando gastos expressivos na compra de produtos importados. De outro lado, no caso de antecipação parcial de pagamento, por questões relacionadas à praticidade e eficiência, e também observada a experiência que o órgão detém em relação à prestação de garantia para execução de serviços, optou-se pela exigência de contratação de seguro-garantia pela Contratada para a parcela antecipada, para que a Administração esteja protegida de eventuais defeitos de componentes aeronáuticos. Caso ocorra algum evento dessa natureza, e a CONTRATADA não custeie o reparo ou substituição de algum componente, pode-se executar a garantia para que a Administração não sofra o risco de arcar com o prejuízo, e também para que possa ser afastado o ônus administrativo decorrente de eventual necessidade de instauração de procedimentos de cobrança.

~~Margem de Preferência:~~

~~O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência [normal] OU [adicional] de %, prevista no Decreto n.º , conforme disposto na Resolução n.º da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por [A1] se tratar de [bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras] OU [bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis].~~

Justificativas: As justificativas para o não enquadramento do bem em aquisição encontram-se em tópico do Estudo Técnico Preliminar, anexo a este TR.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

~~O prazo de entrega dos bens é de dias, contados do(a), em remessa única:~~

OU

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
Única	aeronaves de asa fixa descrita nesse documento na CAOP em Brasília/DF.	até 21 meses da assinatura do Contrato

O prazo de entrega dos bens é de no máximo **21 meses**, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por prazo acordado entre a CONTRATADA e o fiscal do contrato, desde que justificadas as razões apresentadas para prorrogação.

Caso não seja possível a entrega nos prazos assinalados, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 90 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

As aeronaves deverão ser entregues, de forma definitiva, em perfeitas condições de uso e plenas condições de operação, sem pendências jurídicas e administrativas, nos endereços abaixo descritos (à escolha do CONTRATANTE), com matrícula nacional brasileira definitiva, enquadrando-se em todas as exigências, para operação no Brasil, dos Órgãos de controle:

COMANDO DE AVIAÇÃO, no Aeroporto Internacional de Brasília/DF, Setor de Hangares, Hangar nº 13/14, Brasília/DF, CEP 71.608-900, Fone: (61) 2024-9540 Fax: (61) 2024-9564;

"BAC-AMAZONAS", no Aeroporto Internacional de Manaus (Eduardo Gomes), Avenida Santos Dumont, 1350, Tarumã, Manaus/AM, CEP 69.041-000.

Local de entrega do órgão participante:

ENDEREÇO: Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek - Hangar 33 Lago Sul, Brasília - DF, 71608-900.

TELEFONE: (61) 32075619/ (61) 32075740.

E-MAIL DO RESPONSÁVEL PELA IRP: doa-saa@pcdf.df.gov.br

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

o objeto deverá estar acompanhado de manual do fabricante;

~~No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a (.....) (dias ou meses ou anos), ou a (metade, um terço, dois terços etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.~~

Fornecer a aeronave, em um dos endereços informados, com Registro Brasileiro definitivo e as demais documentações exigidas pela legislação aeronáutica brasileira, em especial a Licença de Estação Aeronáutica emitida pela Anatel, que deverão já estar em vigor na mesma data de emissão do Certificado de Aeronavegabilidade brasileiro.

Disponibilizar a aeronave com no mínimo 01 (um) conjunto completo de documentação técnica de operação e manutenção da aeronave, do motor, da hélice e dos equipamentos, bem como uma assinatura em formato digital ou PDF, com acesso via web, das documentações técnicas do fabricante e respectivos manuais, em sua última atualização.

Entregar a aeronave com Apólice do seguro de responsabilidade de explorador e transportador aéreo – "RETA", com validade de 01 (um) ano, a contar da data de emissão do Certificado de Aeronavegabilidade brasileiro.

Fazer a entrega da aeronave com a planta da configuração da cabine, a pintura e grafismo no esquema previamente aprovado e definido pela CONTRATANTE.

Orientar seus funcionários a manter sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tomem conhecimento e que tenham relação ou pertinência com as operações da Polícia Federal, durante e após a prestação dos serviços, sujeitando-se a aplicação das sanções civis e penais pelo descumprimento.

Apresentar cópia do certificado de homologação de tipo (CHT), do modelo oferecido emitido pela autoridade brasileira competente, bem como os certificados de homologação suplementar de tipo (CHST), emitidos pelo CTA, ou seus correspondentes no país de origem (STC, Form 337 da FAA, Form 128 da EASA, etc), em caso de material estrangeiro, dos opcionais a serem entregues, caso as aeronaves não sejam isentas.

Deverá entregar a aeronave completamente revisada, com todas as manutenções e inspeções previstas devidamente executadas, sem pendências de manutenção ou discrepâncias não corrigidas, conforme o estabelecido no programa de manutenção preventiva do fabricante e demais exigências legais.

Preferencialmente, a CONTRATADA deverá apresentar a opção de realizar as inspeções periódicas na cidade de Brasília/DF, através de oficinas autorizadas. Caso não as tenha, que a CONTRATADA apresente as opções de outras oficinas aptas e credenciadas a realizar os mesmos serviços de inspeções periódicas, sendo as mais próximas da cidade de Brasília/DF as preferenciais.

Deverá entregar a aeronave com seu respectivo registro e certificado definitivo fornecido pela ANAC, bem como com todas as demais documentações exigidas pela legislação aeronáutica brasileira, bem como deverá possuir um conjunto completo de documentação técnica de operação e manutenção da aeronave, do motor e de cada equipamento instalado na aeronave, devendo, também, ser especificados os manuais que serão fornecidos.

providenciar o seguro de traslado do equipamento.

disponibilizar um despachante aduaneiro, devidamente habilitado, para as etapas que os trâmites de importação requeiram, com designação pela Polícia Federal, de pessoa responsável, designada por ato administrativo, para acompanhamento das providências devidas quanto à importação, inclusive no que tange à liberação de peças em garantia, durante todo o período de garantia do bem.

providenciar a entrega do equipamento sem pendências de nacionalização, ou seja, com a VI (vistoria de Importação) liberada pela Receita Federal do Brasil, a VTI (Vistoria Técnica de Importação) aprovada pela ANAC, além da expedição dos certificados de Registro (RAB) e de Aeronavegabilidade (CA). O Registro no RAB poderá ser concluído após a emissão da Nota de Venda e seu pagamento, uma vez que para fins de registro e transferência de titularidade pode ser exigido do órgão regulador a referida Nota de Venda e a comprovação do trâmite financeiro.

A aeronave deverá ser entregue, de forma definitiva, em perfeitas condições de uso e plenas condições de operação, sem pendências jurídicas e administrativas, no endereço acima descrito, com matrícula nacional brasileira definitiva, enquadrando-se em todas as exigências, para operação no Brasil, dos Órgãos de controle.

A (s) aeronave(s) deverá (ão) ser entregue(s) acompanhada(s) de toda a sua documentação e manuais de operação e manutenção.

As despesas decorrente do armazenamento e desembaraço alfandegário (se houver) serão de responsabilidade da Contratada, durante todo o período necessário para os recebimentos provisório e definitivo.

Garantia, manutenção e assistência técnica

~~O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)~~

~~OU~~

*O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal (90 dias), é de, no mínimo, 9 (nove) meses, **totalizando 12 meses** ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, sendo observados os seguintes requisitos mínimos:*

12 (doze) meses, sem limite de horas, dos componentes de célula;

12 (doze) meses, sem limite de horas, para os aviônicos;

1.000 (mil) horas para o motor ou 02 (dois) anos o que ocorrer primeiro; excepcionalmente, por conta de restrições de mercado, este prazo de entrega passa a ser contado após recebimento provisório da aeronave;

12 (doze) ano ou 1.500 (mil e quinhentas) horas para pintura e acabamentos do interior, sendo o que ocorrer primeiro.

~~Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante:~~

Da Garantia Contra Defeitos de Fabricação - prover garantia técnica contra quaisquer defeitos de fabricação, a contar da data de entrega definitiva da aeronave, composta de reposição de peças e componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos, salvo se constatada a indevida utilização do equipamento pelo operador, observando-se a política de garantia do fabricante da aeronave.

Todos os equipamentos deverão vir acompanhados do termo de garantia e assistência técnica, relacionando os endereços (inclusive virtuais), telefones e representantes comerciais respectivos.

A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante, fundamentadas nos prazos estabelecidos no mercado de aviação.

A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

As peças que apresentarem vício ou defeito, no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, peças com TSO zero horas, aeronavegáveis como novas, revisadas ou retificadas, como se novas fossem em relação às peças exclusivamente novas de fábrica, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, a ser aceita ou não a referida prorrogação, pelo Contratante, mediante resposta escrita e também justificada.

Equipe da área técnica poderá avaliar nova justificativa em caso de situações anormais do mercado de aviação e julgar ser adequado a extensão de prazo ou apresentação de solução alternativa;

Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos aéreos durante a execução dos reparos.

Decorrido o prazo para reparos e substituições, sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

No caso de acionamento para serviços pela garantia, a CONTRATADA poderá optar por executar o serviço na fábrica ou na base do Operador ou autorizar o serviço em oficina homologada pela ANAC e autorizada pela fabricante da aeronave, conforme menor tempo para solução de resposta para a CONTRATANTE.

Durante o período de garantia, fica obrigada a CONTRATADA ou empresa indicada a documentar e informar o CONTRATANTE a substituição de qualquer componente original do equipamento, detalhando, quando for o caso, a marca, o modelo e o nº de série do item.

A Contratada deverá possuir estrutura organizacional, com atendimento na língua portuguesa, para tratar os pedidos em garantia com agilidade, dentro dos prazos máximos estabelecidos, devendo indicar o nome, endereço, telefone e e-mail de contato do referido setor. Tal informação deve constar da Declaração Expressa de Garantia.

Os chamados relativos à assistência técnica poderão ser solicitados pelo CAOP/CGAP/DIREX/PF, de acordo com as revisões de garantia definidas no manual técnico do objeto;

Justificativa: *As informações complementares descritas neste tópico tratam das condições necessárias para garantir a adequada aquisição de veículo aéreo dentro das normas e legislações existentes no sistema de Aviação Civil Brasileiro. Trata-se de aquisição com características e modificações específicas ao atendimento das atividades operacionais do órgão, por não se tratar de gêneros perecíveis e alimentação preparada, torna-se de extrema relevância o cumprimento de todos os procedimentos previstos em lei para recebimento das aeronaves objeto deste Termo de Referência.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

~~Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:~~

~~f...;~~

~~f...; e~~

~~f...;~~

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

Cabe ao gestor do contrato:

coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

Multa:

Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% a 30% do valor da contratação.

Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% a 30% do valor da contratação.

Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% a 30% do valor da contratação..

Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% a 30% do valor da contratação.

Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% a 30% do valor da contratação.

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

Na aplicação das sanções serão considerados:

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para o Contratante; e

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

~~Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.~~

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 90 (trinta) dias antes da entrega definitiva, por Comissão específica de recebimento especialmente designada para tanto pela Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal, conforme art. 140, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/21, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes nos estudos técnicos e no termo de referência, ficando os custos com passagens aéreas, hospedagens e diárias por conta do CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis antes do embarque, que o objeto se encontra apto a verificação de conformidade a ser realizada por meio do recebimento provisório.

O recebimento provisório se dará na fábrica ou sede da CONTRATADA, sendo que o CONTRATANTE se prestará a:

realizar inspeções documentais e físicas em solo;

realizar um voo de aceitação;

verificar a adequação das condições técnicas da aeronave às disposições do presente termo de referência e estudo técnico preliminar, do contrato a ser celebrado e demais documentações.

A CONTRATADA franqueará, quando solicitado e a qualquer tempo, o acesso de representantes da comissão de recebimento, e/ou ao fiscal de contrato da CONTRATANTE, ao estabelecimento em que as aeronave(s) se encontrar(em) em linha de montagem, aos dados dos serviços que lhe estejam sendo executados e à própria aeronave, a partir da data proposta para início de sua fabricação.

Por ocasião das inspeções, voo de aceitação e verificações, relativas ao recebimento provisório, se na ocorrência de discrepâncias identificadas pelo CONTRATANTE, caberá à CONTRATADA efetuar as pertinentes correções, as quais, a depender destas, poderão ensejar nova inspeção, para conclusão do recebimento provisório, condicionando-se à efetivação das retificações apontadas.

Os ensaios, testes, homologações, registros e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correrão por conta da contratada, caso seja necessário.

O recebimento provisório ocorrerá após a comprovação do atendimento total ou parcial às especificações constantes nos estudos técnicos preliminares, no termo de referência, no contrato e demais documentos, mediante **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**, no qual serão discriminadas, pela comissão designada, as pendências a corrigir.

Não se incluem no Recebimento Definitivo a assistência técnica e garantia técnica, bem como as demais obrigações acessórias do contrato não exigíveis em prazo como conditio sine qua non para este recebimento.

O recebimento definitivo ocorrerá após a comprovação do atendimento às especificações constantes nos estudos técnicos preliminares, no termo de referência, no contrato e demais documentos, mediante **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**.

Sanadas eventuais irregularidades, apontadas no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, dar-se-á, **no Brasil**, o recebimento definitivo, num dos endereços apontados, após a ultimação dos procedimentos administrativos da legislação brasileira quanto à homologação, registro e matrícula da aeronave junto à ANAC, que a torne apta ao voo perante essa Agência, e documentação aduaneira que a torne desembaraçada junto aos órgãos de fiscalização fazendária.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 90 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

No caso de empresa estrangeira ou representante com formalização de representação comercial será realizado o pagamento na modalidade "Remessa em Saque", à taxa de câmbio vigente (PTAX do dia de pagamento), ou mediante Carta de Crédito ou Contrato de Garantia Financeira ou outro instrumento bancário equivalente de comum acordo entre as partes, a ser fornecida pelo Banco do Brasil, cabendo a escolha da forma de pagamento à empresa contratada.

Todas as taxas decorrentes da modalidade bancária escolhida serão custeadas pela contratada, independente do percentual praticado, devendo estar embutida no valor da proposta final ofertada na sessão pública do Pregão; a título exemplificativo e para servir de base para a proposta de preço, a taxa do Contrato de Garantia Financeira firmada com o Banco do Brasil, atualmente, está em torno de 2,5% (dois e meio por cento).

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Em atenção ao artigo 52, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021, as garantias de proposta e pagamento aos licitantes brasileiros serão equivalentes às oferecidas aos licitantes estrangeiros.

~~As garantias de pagamento ao licitante brasileiro serão equivalentes às aquelas oferecidas ao licitante estrangeiro, conforme Art. 52, § 3º da Lei 14.133, de 2021.~~

Antecipação de pagamento

A presente contratação permite a antecipação de pagamento parcial ou total, conforme as regras previstas no presente tópico.

~~O Contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante — ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o Contratante efetue o pagamento antecipado.~~

Para pagamento parcial: O CONTRATADO emitirá nota fiscal ou documento equivalente correspondente ao percentual do valor a receber, como antecipação de pagamento, e fará prestação de garantia da parte antecipada, de acordo com os parâmetros (Condicionante e Prazo) da tabela abaixo:

--	--	--

ETAPA (CONDICIONANTE)	PRAZO	PERCENTUAL DE PAGAMENTO
1ª) Assinatura do Contrato e prestação de garantia.	Até 30 (trinta) dias após a confirmação do registro de seguro garantia contratado pela licitante, para a cobertura do montante global de créditos empenhados.	50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato.
2ª) Aeronave pronta, na sede do fabricante, no que couber deste Termo, após submetida ao Recebimento Provisório, pela Comissão de Recebimento, com prestação de garantia.	Até 30 (trinta) dias corridos, a contar da lavratura do Termo de Recebimento Provisório da aeronave e confirmação do registro de seguro garantia contratado pela licitante, para a cobertura do valor de créditos empenhados.	40% (quarenta por cento) do valor total do contrato.
3ª) Após recebimento definitivo da Aeronave no hangar da CAOP/CGAP/DIREX/PF em Brasília-DF.	Até 30 (trinta) dias corridos, contados da lavratura do Termo de Recebimento Definitivo da aeronave.	10% (dez por cento) do valor total do contrato.

Para o pagamento integral: mediante Carta de Crédito ou Contrato de Garantia Financeira ou outro instrumento bancário equivalente de comum acordo entre as partes, a ser fornecida pelo Banco do Brasil, cabendo a escolha da forma de pagamento à empresa contratada, poderá a antecipação ocorrer no valor total 100% (cem por cento), porém o valor ficará vinculado a um Banco garantidor e será liberado somente após a entrega definitiva do bem, oportunidade em que será autorizado o pagamento a contratada.

No caso de modalidade de pagamento em que há um instrumento a ser contratado (ex: Contrato garantia financeira) e banco intermediário responsável pelo pagamento após autorização do tomador, não haverá necessidade de seguro garantia tendo em vista que o recurso financeiro é mantido na posse do contratante até a entrega do bem, além de manter a paridade cambial. Os custos referente a contratação do instrumento de intermediação de pagamento será da contratada. Havendo qualquer tipo de complementação do valor contratado na instituição, haverá necessidade de remuneração do valor complementar a instituição financeira a cargo da contratada.

O Pagamento será realizado segundo o regulado pela Receita Federal do Brasil e diretrizes da Política Monetária e do Comércio Exterior, conforme o caso, após apresentação da Fatura, Nota Fiscal ou *Proform Invoice* e emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Comissão de Fiscalização, observando o disposto no item relativo ao controle da execução, art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 4.320, de 1964, a Lei nº 10.192, de 2001, c/c Decreto-lei nº 857, de 1969, na seguinte forma:

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento ou documento equivalente, como liberação de parte ou integralidade da carta de crédito, contrato garantia financeira ou outro instrumento bancário equivalente de comum acordo entre as partes.

PARA O CASO DE PROPOSTA DE PREÇOS EM MOEDA BRASILEIRA (Real), o pagamento será realizado por meio de crédito em conta bancária; situação em que o proponente deverá fornecer todas as informações para a emissão da respectiva ordem de pagamento e/ou crédito documentário, conforme o caso, pelo banco emissor (issuing bank).

PARA O CASO DE PROPOSTA DE PREÇOS EM MOEDA ESTRANGEIRA (Dólar Americano ou Euro), o pagamento será efetuado por meio de Carta de Crédito Internacional ou contrato garantia emitida pelo Banco do Brasil S/A e garantida por banco de primeira linha indicado pelo licitante, nos termos da legislação em vigor, cuja validade corresponderá ao prazo de entrega do objeto licitado e sua liberação para pagamento ocorrerá por etapas, mediante comunicação a ser feita ao emissor, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório e/ou Definitivo pela PF, sendo que:

Terá a Contratante como tomador (applicant)

Terá a Contratada como beneficiária (beneficiary).

O banco notificador (advising bank) no exterior será estabelecido pelo Banco do Brasil S/A em conformidade com o país-sede da contratada.

O banco negociador (negotiation bank) responsável pelo pagamento no exterior será estabelecido pelo Banco do Brasil S/A em conformidade com o país-sede da contratada.

O exame da documentação exigida e entregue pela contratada ao banco será realizada em até 21 (vinte e um) dias bancários (banking days).

O crédito documentário será efetuado na modalidade confirmado, irrevogável e intransferível.

A validade do crédito documentário será suficiente para cobertura do prazo de execução definido no Termo de Referência

A(s) fatura(s) pró-forma (*proform invoice*) deverá ser encaminhada para a Contratante, para fins de pedido de abertura de crédito documentário.

As despesas referentes à abertura da carta de crédito documentário ou contrato garantia junto ao Banco do Brasil será por conta da Contratada. Esse custo deverá estar previsto em sua proposta.

Caso o custo negociado junto ao Banco do Brasil seja inferior ao estimado acima, o valor da proposta será ajustado a taxa correspondente.

Todas as operações financeiras serão efetivadas por meio do Banco do Brasil S/A, sob ordem da Contratante.

O pagamento será suspenso até manifestação favorável do Banco Central do Brasil –Departamento de Combate a Ilícitos Financeiros e Supervisão de Câmbio e Capitais Internacionais, havendo indícios de casos na relacionados na Seção 2, do Capítulo 16, do Título 1 do RMCCI.

Efetivo pagamento e liquidação nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64, será considerado após a autorização para o banco negociador efetivar o pagamento ao beneficiário ou pelo depósito em conta bancária aberta no Brasil na forma estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Na hipótese de atraso do pagamento atribuível à contratada por execução do objeto, as despesas referentes à renovação ou prorrogação do crédito documentário junto ao Banco do Brasil S/A, inclusive as referentes ao incremento da taxa cambial, no período de adimplemento, serão ressarcidas pela contratada, sem prejuízo das respectivas sanções contratuais.

O pagamento realizado a licitante brasileiro será efetuado em Reais (R\$), mediante conversão pela taxa de câmbio de compra vigente para moeda estrangeira segundo o valor disponibilizado pelo Sistema de Informações do Banco Central do Brasil - SISBACEN, Boletim de Fechamento referente ao dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento.

Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese da inexecução do objeto.

No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.

O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento de antecipação até a data da devolução.

A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota fiscal ou documento idôneo após cumprimento das condicionantes conforme tabela acima.

A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.

O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:

comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;

~~*prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de%.*~~

A liberação da garantia será vinculada ao adimplemento da entrega da aeronave por aceite do CONTRATANTE, consoante o disposto no artigo 96 da Lei 14.133 de 2021, tendo como beneficiário direto o CONTRATANTE, tendo o seguro vigência mínima até o recebimento definitivo da aeronave.

A contratada deverá apresentar seguro garantia das parcelas adiantadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias: após a assinatura no contrato no caso da primeira parcela (50%), e antes do adiantamento (40%) referente a segunda parcela; podendo ser prorrogado o prazo de comum acordo entre as partes.

Caso a CONTRATADA não apresente o seguro garantia estabelecidos, o pagamento poderá ser realizado em parcela única, após o recebimento definitivo da aeronave e consequente aceitação.

todas as taxas, retenções tributárias e demais gastos relacionados ao seguro garantia serão por conta da contratada.

O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

Considerando as especificidades inerentes ao mercado aeronáutico, cujo objeto deste faz parte, em vista da antecipação representar condição indispensável para obtenção do bem, conforme §1º do Art. 145, da lei 14.133, de 2021, será feito o pagamento de parcela da contratação de forma antecipada, mediante garantia efetiva, idônea e suficiente para a cobertura do montante global de créditos empenhados.

Justificativa: *após a prospecção de mercado realizada, foi constatado que é praxe mercadológica o pagamento antecipado para compra de aeronaves, haja vista o seu elevado valor de custo, que deve ser suportado, em um primeiro instante pela Contratada, para encomendar a aeronave junto à fabricante. Com o fim de proteger a Administração de eventuais prejuízos relacionados à não execução, total ou parcial, do objeto pretendido, cuja parcela foi paga de forma antecipada, recorreu-se ao instituto da prestação de garantia por parte da Contratada. Para tanto, fundamenta-se a exigência de seguro no Art. 96 e 145, parágrafo 2 da Lei 14.133/2021. Segundo o artigo 145, parágrafo 1º da Lei 14.133/2021 § 1º a antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório e expressamente prevista no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta.. Nesse caso, para que a Administração não corra risco de responder por qualquer prejuízo, o pagamento*

antecipado deverá estar condicionado à prestação de garantia efetiva, idônea e suficiente para a cobertura do montante antecipado a título de pagamento, na forma previamente estabelecida no ato convocatório da licitação ou nos instrumentos formais de contratação direta, e no contrato. Muitas vezes, a conveniência da antecipação é evidente. Os recursos estão disponíveis e, destinando-se a certo encargo, não podem ter outra aplicação. Se a Administração não puder efetivar pagamento antecipado, os recursos permanecerão sem utilização durante longo período. Nesse ínterim, haverá desvalorização da moeda. A Administração ainda se sujeitará ao pagamento de reajustes contratuais ou a recomposições extraordinárias de preços” (...). Quando se proíbe o pagamento antecipado e se institui a prévia execução do serviço ou entrega do bem, impõe-se restrição à participação no processo licitatório. Essa restrição é ainda mais reprovável por ser indireta e oculta. Aparentemente, inexistiria empecilho à participação de qualquer interessado. Na verdade, o ato convocatório exigiria um “financiamento indireto” por parte do interessado. Somente poderia participar quem dispusesse de recursos suficientes para antecipar o pagamento das despesas, reavendo os valores após a execução da prestação. Aqui, o mesmo raciocínio se aplica: poucas contratadas estariam envolvidas e incentivadas a participar de licitação se a vedação de antecipação de pagamento se tornar uma regra ou dogma quase absoluto na Administração Pública.”

Cessão de crédito

As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

REEQUILIBRIO de preços

Os preços poderão ser revistos conforme as hipóteses elencadas nos artigos 25, 26 e 27 do Decreto 11.462/2023.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO INTERNACIONAL, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

OU

~~O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. [74 OU 75], inciso [indicar o inciso], da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: [descrever a fundamentação da contratação para enquadramento no dispositivo legal indicado].~~

A ata de registro de preço terá validade de 01 (um) ano, renovável por igual período em prazo e em quantidade total de itens registrados, conforme PARECER nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU.

Considerando o caráter internacional da licitação, serão aplicadas as regras pertinentes constantes na Subseção V - Das Licitações Internacionais, Art. 52, §§ 1 a 6.

Forma de Fornecimento

O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

Em se tratando de contratação para registro de preços, ~~caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens~~, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

Valores unitários: conforme ~~planilha de composição de preços anexa ao edital~~ OU tabela descritiva do objeto neste Termo de Referência. ~~constante no item XXXXXX deste Termo de Referência.~~

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Os itens da habilitação que não puderem ser atendidos pelos licitantes estrangeiros por força de legislação específica ou que não apresentarem equivalência em relação à legislação brasileira deverão constar em declaração da empresa informando a impossibilidade de atendimento aos mesmos.

Todos os documentos originários do exterior, quando redigido em língua estrangeira, deverão ser acompanhados da respectiva tradução juramentada, ou traduzido por meios equivalentes no país de origem da licitante estrangeira, desde que a documentação traduzida seja apostilada pela autoridade competente.

Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal. Parágrafo único, art. 70, Lei 14.133/2021.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

~~Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº~~

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

Justificativa: A fixação do mencionado percentual foi determinado a partir de sondagem de mercado acerca do porte de empresas que atuam na área objeto da contratação.

Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá atender atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

~~Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente(escrever por extenso, se for o caso), em plena validade;~~

~~Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.~~

Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Atestado de capacidade técnica que comprove o fornecimento de ao menos uma aeronave compatível com o objeto licitado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Esta exigência será dispensada no caso de a CONTRATADA já ter fornecido equipamento similar à Polícia Federal;

~~Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.~~

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

A comprovação por empresa estrangeira poderá ser mediante apresentação de faturas *commercial invoice*, ou documentos equivalentes emitidas para venda no Brasil ou outro país, após análise e aceitação da equipe técnica.

Declarações

Declaração expressa de que se sujeitam às condições do presente Termo de Referência e confirmando que dispõe de plena capacidade operacional e administrativa para executar a venda;

Declaração que existe oficina homologada no Brasil para a manutenção das aeronaves e de que irá cumprir o disposto nos estudos técnicos, no termo de referência, no contrato e nos demais documentos da presente contratação.

Justificativas: condições suficientes e necessárias para demonstração para a comissão de licitação de que o licitante é capaz de fornecer o bem nas condições e prazos estipulados no ETP.

Disposições gerais sobre habilitação

Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo máximo UNITÁRIO admitido para o objeto é de **US\$ 5.927.671,16** (cinco milhões, novecentos e vinte e sete mil seiscentos e setenta e um DÓLARES AMERICANOS e dezesseis centavos) correspondente a **R\$ 31.552.400,82** (trinta e um milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos reais e oitenta e dois centavos), conforme cambio cotação do dólar na data de 29/09/2025 (Ptax venda), <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>, 1 USD = R\$ 5,3229, já justificado no mapa comparativo de preços.

Custo máximo estimado da contratação, sob responsabilidade da unidade gestora da Ata é de **US\$ 11.855.342,32** (onze milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil trezentos e quarenta e dois DÓLARES AMERICANOS e trinta e dois centavos) correspondentes a **R\$ 63.104.801,64** (sessenta e três milhões, cento e quatro mil oitocentos e um reais e sessenta e quatro centavos).

Custo máximo estimado da contratação, sob responsabilidade da unidade participante da Ata é de **US\$ 5.927.671,16** (cinco milhões, novecentos e vinte e sete mil seiscentos e setenta e um DÓLARES AMERICANOS e dezesseis centavos) correspondente a **R\$ 31.552.400,82** (trinta e um milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos reais e oitenta e dois centavos)

~~O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.~~

~~Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.~~

~~A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.~~

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Justificativa: o principal risco apontado na Matriz de Gerenciamento de Riscos foi a oscilação de valor da moeda nacional frente às moedas estrangeiras. Para mitigar este risco foi apontado o instrumento financeiro de carta de crédito depositada na moeda corrente do país do fabricante vencedor deste certame ou contrato de garantia Financeira que mantém a paridade cambial e os recursos na posse do contratante até a entrega definitiva.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

~~A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~

~~Gestão/unidade: [...];~~

~~Fonte de recursos: [...];~~

~~Programa de trabalho: [...];~~

~~Elemento de despesa: [...]; e~~

~~Plano interno: [...];~~

~~A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.~~

A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

Justificativa: Art. 17, do Decreto 11.462/2023. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Brasília, 29 de setembro de 2025.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

OBERALDO BARBOSA DE MEDEIROS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 30/09/2025 às 21:07:38.

FABIO SILVA DE ARAUJO

Equipe de apoio

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência

GUILHERME LOPES MADDARENA

Autoridade competente

